

EMENDA № - CMMPV 1273/2024 (à MPV 1273/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 9º da Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, como proposto pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

"Art. 9 º O PEFPS terá vigên	cia até 30 jun	ho de 2025.	
	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do prazo de vigência do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS) até 30 de junho de 2025 é uma medida necessária para consolidar os avanços obtidos e garantir a continuidade das ações essenciais à redução das filas e ao cumprimento dos prazos legais. Embora o prazo atual da MPV nº 1.273/2024, que vai até 31 de dezembro de 2024, seja uma tentativa de fornecer um tempo adicional para os trabalhos do programa, tornase evidente que esse prazo é insuficiente para enfrentar os desafios operacionais e atender às demandas crescentes do sistema previdenciário.

Resultados Alcançados e Limitações Identificadas

Desde sua criação, o PEFPS tem sido uma ferramenta estratégica e eficaz para a modernização do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os avanços obtidos comprovam a eficiência do programa:

Estoques reduzidos: De 1,8 milhão (julho de 2023) para 1,35 milhão (junho de 2024), com uma redução de aproximadamente 450 mil pedidos.





 Melhora no tempo médio de concessão: De 71 dias para 36 dias no mesmo período.

No entanto, apesar do progresso, os dados revelam que:

- O estoque remanescente de requisitos pendentes ainda é elevado.
- Regiões críticas enfrentam déficit de infraestrutura e profissionais, dificultando o atendimento ágil e eficiente.
- A entrada contínua de novos segurados mantém a pressão sobre a capacidade operacional, exigindo ações consistentes por um período mais longo.

Essas limitações indicam que o prazo de 31 de dezembro de 2024 não será suficiente para alcançar um nível sustentável de redução de filas e tempos médios de análise.

Motivos para Extensão até 30 de Junho de 2025

1. Crescimento Contínuo da Demanda

Mesmo com a redução do estoque, novos segurados continuam ingressando no sistema diariamente, ampliando a fila de análise.

- Contraponto: Em 1 ano de vigência, o programa reduziu 450 mil pedidos, mas não zerou o estoque inicial. Com o ritmo das novas entradas, é evidente que o prazo atual não será suficiente para estabilizar a fila.
- Necessidade: A extensão até 30 de junho de 2025 permitirá equilibrar a redução do estoque com o atendimento das novas demandas, garantindo a regularidade e previsibilidade no atendimento.

2. Regiões com Altas Demandas e Infraestrutura Limitada

Nas áreas mais críticas, com o maior acúmulo de pedidos, enfrenta dificuldades para atender à população devido à falta de infraestrutura e profissionais.





 Solução: O prazo adicional permitirá a realização de mutirões regionais, a ampliação do uso de teleperícias e o fortalecimento das parcerias com estados e municípios, otimizando esforços em áreas cuidadosas.

3. Revisão de Benefícios e Sustentabilidade do Sistema

A revisão periódica de benefícios é uma obrigação legal e essencial para garantir a integridade do sistema previdenciário.

- Meta: Revisar 800 mil benefícios por invalidez temporária até o final de junho de 2025.
- **Contraponto:** O prazo atual pode comprometer a conclusão dessa meta, prejudicando a sustentabilidade do sistema e aumentando o risco de irregularidades.

4. Impacto Social e Justiça

O impacto direto das filas afeta os segurados que dependem dos benefícios para sua subsistência, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica e social.

- **Contraponto:** Sem a ampliação do prazo, os segurados mais vulneráveis podem enfrentar atrasos ainda maiores, exacerbando desigualdades regionais e sociais.
- Benefício da Extensão: O novo prazo permitirá priorizar aos segurados em situação de urgência social, promovendo justiça e equidade no acesso aos direitos previdenciários.

5. Desafios Operacionais Persistentes

O INSS ainda enfrenta desafios importantes, como:

- Déficit de médicos peritos.
- Necessidade de melhorias tecnológicas e logísticas.





Se o prazo atual para manutenção não atender as espectativas, as seguintes consequências podem ocorrer:

- 1. **Reincidência de filas:** A fila de requisitos pode voltar a crescer, comprometendo os resultados já alcançados.
- 2. **Aumento nos tempos médios de análise:** A descontinuidade das ações pode prejudicar o atendimento e a confiança dos segurados no sistema.
- 3. **Desorganização operacional:** Iniciativas estratégicas, como mutirões regionais e teleperícias, podem ser interrompidas antes de alcançar todo o território nacional.

O prazo de vigência até **31 de dezembro de 2024**, embora represente uma tentativa de continuidade, não será suficiente para consolidar os avanços e atingir os objetivos do PEFPS. A ampliação do prazo até **30 de junho de 2025** é necessária para:

- Garantir a redução sustentável das filas.
- Promover major celeridade e eficiência administrativa.
- Garantir a **justiça social**, priorizando as populações mais vulneráveis.
- Fortalecer a **sustentabilidade do sistema previdenciário** por meio da revisão de benefícios.

Essa extensão reforça o compromisso do INSS com a transparência, a eficiência e a proteção dos direitos dos segurados.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos parlamentares e do relator para aprovação dessa alteração, garantindo que o PEFPS continue cumprindo seu papel transformador na vida dos segurados e na modernização do sistema previdenciário brasileiro.





Sala da comissão, 19 de novembro de 2024.

Deputado Samuel Viana (REPUBLICANOS - MG) Deputado Federal



